

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Autoritarismo juvenil



Pesquisas sugerem que parte dos jovens, em diversos países, está cada vez mais descrente da democracia, preferindo soluções autoritárias e apoiando líderes e partidos extremistas

Nenhum país está livre de uma deriva autoritária. Sabemos há muito tempo que a diluição dos valores democrático-liberais não tem fronteiras. Nos últimos anos, porém, aprendemos que a diluição desses valores também não tem idade.

Recentemente, dezenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de toda a Alemanha em protesto contra o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão). A gota d'água foi uma reunião privada ocorrida em novembro do ano passado

entre representantes da AfD, empresários e neonazistas, em que se discutiu a expulsão em massa de imigrantes e "cidadãos não assimilados". A AfD negou ter planos de adotar tal proposta, mas o novo episódio gerou discussões sobre um possível banimento do partido, desfecho também aberto à ala jovem da AfD, a Junge Alternative.

Já enquadrada como organização extremista de direita por autoridades de diferentes regiões do país, a Junge Alternative é tida como mais radical do que a própria AfD, em mais uma confirmação da tendência identificada em di-

versas pesquisas internacionais nos últimos anos: o pendor de parte dos jovens para soluções autoritárias.

Em editorial de agosto do ano passado (*A recessão democrática na América Latina*), este jornal tratou dos resultados da pesquisa realizada pelo Latino-barômetro em 17 países latino-americanos, destacando o menor engajamento dos jovens na democracia. Diz o Latino-barômetro: "A idade é o que mais diferencia os autoritários, pois quanto menor a idade, mais autoritários são". Note-se que a pesquisa antecedeu à vitória de Javier Milei, amparada em grande mobilização do eleitorado jovem, na eleição presidencial argentina.

A mesma conclusão resultou da pesquisa feita pela Open Society Foundations também em 2023, com 30 países. Segundo o levantamento, apenas 57% das pessoas entre 18 e 35 anos consideram a democracia preferível a qualquer outra forma de governo; nas faixas etárias mais elevadas, o índice sobe a 71%. O apoio a um governo militar também é maior na faixa de 18 a 35 anos, e 35% das pessoas nessa faixa se disseram simpáticas à ideia de um líder forte que elimine Parlamentos e eleições (o apoio a essa alternativa foi menor em todas as outras faixas).

Essas pesquisas sugerem que uma boa parcela dos jovens ao redor do mundo desistiu de questionar seus representantes eleitos e passou a questionar o próprio sistema democrático. Como tal sistema tem sido incapaz de oferecer oportunidades de participação efetiva e soluções satisfatórias a seus anseios, aquele grupo passou a admitir alternativas supostamente mais práti-

cas e eficazes. Vêm daí personagens como Trump, Orbán e Bolsonaro, que apostam numa democracia plebiscitária e onipotente contra os limites e condicionamentos das democracias liberais em crise.

É incerto se essa inclinação autoritária dos mais jovens veio para ficar. Não é raro que, com o passar do tempo, preferências e opiniões que vigoraram na juventude se alterem. Por outro lado, visões de mundo construídas nesse período também podem se consolidar e perdurar por toda a vida adulta.

Nesse caso, o combate ao pendor dos jovens ao autoritarismo passa por informá-los sobre a realidade dos regimes autoritários. É possível que boa parte deles não esteja inteiramente ciente do cenário pouco entusiasmante (especialmente no campo dos direitos civis e políticos) de países como Venezuela, China e Hungria. E mal podem estimar o quão difícil é a volta à normalidade institucional após a instalação de um regime autoritário.

Ademais, é preciso que a política vá ao encontro da juventude. Isso pode ocorrer, por exemplo, no âmbito das alas jovens dos partidos políticos ou no incentivo à participação na política local (pressupondo-se que os partidos têm interesse em renovar seus quadros, do que José Luiz Datena e Marta Suplicy não são exemplos). Essas seriam formas de contrastar o isolamento social, a apatia política e a radicalização autoritária. Reconheça-se: é um entendimento difícil e incerto. Mas é certo que, se nada mudar, são grandes as chances de termos outros Trumps, Orbáns e Bolsonaros pela frente. ●

'El Loco' em camisa de força

Se realmente quiser controlar a inflação, desregular a economia e chegar ao fim de seu mandato em 2027, Milei deve aceitar que o único caminho é a negociação com o establishment político

O presidente da Argentina, Javier Milei, implodiu a aprovação de sua proposta de reforma da economia pelo Congresso da Nação. Ao imprimir seu estilo de confronto com parlamentares e governadores das Províncias nas negociações do projeto de lei que inclui medidas de ajuste fiscal e de desregulamentação econômica, colheu o inevitável: do plenário, o pacote voltou à fase inicial da tramitação da Câmara dos Deputados. Na prática, acabou engavetado pela aversão de Milei à etiqueta da democracia, em que não se ganha nada no grito.

Fosse o presidente da Argentina um democrata convicto, a negociação continuaria em pauta. Mas, como se trata de "El Loco", um político inexperiente, inábil e sem nenhum compromisso

com o Estado de Direito, o Executivo apostou na intransigência. Os gestos das Províncias e de uma parcela de deputados de centro em favor da negociação foram desperdiçados pelo governo. Como resultado, os poucos artigos que já estavam aprovados pela Câmara acabaram no limbo, com todo o resto do projeto de lei.

Dois fatos expõem como a truculência de Milei levou ao fracasso na votação do último dia 6 na Câmara dos Deputados. O primeiro diz respeito a um dos artigos mais desejados pelo presidente — o que lhe concederia poder extraordinário de legislar, sobretudo sobre temas econômicos, por dois anos. O tema já havia sido aprovado pelos parlamentares, com algumas restrições, quando surgiu o impasse sobre a divisão da receita do imposto sobre opera-

ções cambiais com as Províncias. Ao Executivo, tal ganho de poder valeria quaisquer outras concessões. Mas Milei queria tudo ou nada.

A segunda evidência foi o voto contrário a outros artigos de deputados de seu próprio partido, A Libertad Avanza. A Casa Rosada mal enfrentou a oposição peronista no plenário. O amadorismo dos deputados alinhados a Milei, que puseram em votação matérias sobre as quais não tinham certeza de aprovação, contribuiu para a desastrosa votação.

A rejeição ao projeto foi construída passo a passo pelos erros de Milei. Falta disposição da Casa Rosada em negociar exaustivamente com deputados simpáticos ao projeto de lei e com governadores de Províncias afetadas diretamente pelas medidas. Sobrou arrogância do presidente que, deslumbrado com seus 56% dos votos nas urnas em novembro passado, visitava Israel durante as votações que exigiam sua presença em Buenos Aires.

A arrogância soma-se a estultice de colocar todos os ovos em uma só cesta. Sua reforma econômica, apoiada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tem demasiada importância para ser incluída em um projeto de lei que versa também sobre uma miríade de temas polêmicos — e que, por isso, é chamado de Lei Ônibus.

A depender da disposição de Milei em negociar, a Lei Ônibus pode até ser

trazida de volta ao plenário da Câmara. Seria um feito inédito. Mas o esforço é recomendável, dada a urgência na adoção das reformas econômicas — inclusive para o alívio, no futuro, de uma população castigada pelo custo de vida cada vez mais alto. Até o momento, porém, a Casa Rosada não sinaliza para esse caminho.

De Jerusalém, Milei reagiu à decisão da Câmara com ataques contra as "castas empobrecedoras do povo", os "delinquentes", os "criminosos", os "traidores". É grave o presidente de uma democracia referir-se com tais impropérios aos eleitos para o Legislativo e o Executivo provincial. Porém, mais preocupantes são as alternativas gestadas por "El Loco". Recorrer a um plebiscito, como prometera, em nada o ajudará porque cabe ao Congresso aprovar a realização de consultas populares. Adotar a reforma econômica por decreto, como tem sido ventilado em Buenos Aires, terá o efeito de um golpe contra o Legislativo, a ser contestado também pelo Judiciário.

Se realmente quiser estabilizar a inflação, colocar a economia do país em pé e chegar ao final de seu mandato sem acidentes, Milei deve buscar o caminho do entendimento, e não do confronto. Do contrário, "El Loco" continuará preso na camisa de força que o establishment político reserva aos que pretendem desafiá-lo. ●